



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 38/2020
Período: 17/10/2020 - 23/10/2020
GEDES – UNESP

- 1- Colunista comentou encontro de ex-presidente com generais do Exército
- 2- Ministro da Defesa propôs ampliar manobra para contornar teto de gastos
- 3- Periódicos publicaram comentários sobre a nomeação de militares para diretoria da Agência Nacional de Proteção de Dados
- 4- General Heleno admitiu ter enviado funcionários da Abin para monitorar participantes da Cúpula do Clima das Nações Unidas e Anistia Internacional reagiu
- 5- Periódico discutiu a saída de Mourão da chapa de Bolsonaro em 2022
- 6- Grande operação com participação das Forças Armadas contra garimpo ilegal no Norte do país apontou para empresário com supostos contatos com o Ministério da Defesa
- 7- Pensionistas e praças se manifestaram na Esplanada contra a Lei que reformou as Forças Armadas
- 8 - Armas de fogo registradas pelo Exército aumentaram no Brasil
- 9- Conselheiro de Segurança dos EUA se opõe a possível contratação da Huawei para implantação de 5G no Brasil.
- 10- Militares se incomodaram com as críticas feitas pelo presidente Jair Bolsonaro ao ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello
- 11- Candidato à prefeitura de São Paulo defendeu a criação de escolas cívico-militares e alinha-se ideologicamente ao presidente Jair Bolsonaro
- 12- Petroleiro venezuelano pode naufragar e recebe monitoramento da Marinha do Brasil
- 13- Ministro do Meio Ambiente teve desavença com o setor militar do governo
- 14- Militar foi aprovado pelo Senado Federal para diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- 15- Em coluna, comandante da aeronáutica destacou o dia da Força Aérea Brasileira

1- Colunista comentou encontro de ex-presidente com generais do Exército
Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, a jornalista Cristina Serra comentou o encontro do ex-presidente da República Michel Temer, à época vice-presidente, e o então comandante do Exército, general Eduardo Villas-Bôas, e o chefe do Estado Maior, general Sérgio Etchegoyen, um ano antes do impeachment da ex-presidenta da República Dilma Rousseff. No texto, a colunista classificou o papel de Villas-Bôas como "uma espécie de tutor-geral

da República", o que considerou danoso para a democracia, porém não destoante do histórico de atuação das Forças Armadas no país. Serra rememorou a origem da República e a ditadura de 1964 como golpes militares, além de citar entrevista recente do vice-presidente Hamilton Mourão em que considerou Brilhante Ustra, coronel que "levou crianças para ver os pais sendo torturados" durante a ditadura, como "um homem de honra". A jornalista concluiu que "generais embalsamados na Guerra Fria" fazem parte de um governo de extrema-direita, reunidos com outros setores da sociedade e forças políticas em um "arranjo de interesses que degrada e perverte o país". (Folha de S. Paulo - Opinião - 17/10/20)

2- Ministro da Defesa propôs ampliar manobra para contornar teto de gastos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, propôs a ampliação de uma manobra econômica utilizada anteriormente pelo ministério para não ultrapassar o teto de gastos e financiar os chamados "projetos estratégicos militares". O ministro participava de um webinar promovido pelo centro de defesa do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) quando apresentou a proposta. Em 2018, a solução encontrada foi capitalizar aos poucos a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), estatal criada em 1982. Entre 2018 e 2019, o Ministério da Defesa conseguiu captar os R\$ 9 bilhões necessários para a compra de quatro fragatas leves. A manobra foi alvo de questionamentos pela área de compras de defesa do Tribunal de Contas da União (TCU), e ressalvas foram feitas pelo plenário do TCU ao avaliar as contas do primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, mas foram aprovadas sem vetos, consideradas "uma terceirização de gasto que compete à autoridade do Executivo". Ainda segundo a *Folha*, Azevedo aludiu à criação de uma "Emgeprod", empresa que pudesse abarcar todos os projetos das Forças Armadas, e não apenas navais. (Folha de S. Paulo - Mercado - 17/10/20)

3- Periódicos publicaram comentários sobre a nomeação de militares para diretoria da Agência Nacional de Proteção de Dados

Em matéria reportada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, foi relatado os comentários da Associação Data Privacy Brasil em relação à decisão do presidente da República Jair Bolsonaro de indicar 3 militares, dentre eles um amigo assumido do presidente. Os outros dois já trabalhavam dentro do governo, para compor a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão que fiscaliza o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, regulando o tratamento das informações pessoais pelas empresas. Para a Associação, esse tipo de postura é similar somente à dos governos russo e chinês, que também mantém militares em agências similares, considerando o recorte das 20 economias mais desenvolvidas do mundo, segundo o Fundo Monetário Nacional (FMI). Além disso, em coluna para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian comentou essas nomeações, apontando as preocupações de consultores e especialistas que militarizar o órgão, uma instituição independente e sem relação direta com as carreiras das Forças Armadas, "poderia transformá-lo numa ferramenta de vigilância, e não de proteção". Também elencou como característica temerária de um eventual aparelhamento da agência "uma

possível confusão entre as atividades de vigilância e de segurança nacional típicas dos militares, de um lado, e a missão da agência de defender a privacidade dos cidadãos, de outro". Boghossian lembrou as promessas de campanha de Bolsonaro de nomear militares para diversos postos estratégicos, e elencou cinco razões diferentes para essa decisão: a vantagem da relação de hierarquia, como conseguir determinar a recomendação da hidroxicloroquina ao nomear um general da ativa para o Ministério da Saúde; dar peso a ações de monitoramento, aumentando o número de militares na Agência Brasileira de Inteligência (Abin); "dar um verniz técnico" a alguns ministérios, como o da Ciência e Tecnologia; a vantagem da relação pessoal com diversos dos indicados; e o alinhamento da doutrina da caserna com as posições ideológicas de Bolsonaro. O jornalista concluiu que tais motivações servem politicamente ao presidente e podem até beneficiar setores de engenharia e logística das Forças Armadas, mas que "nenhuma delas combina com uma autoridade estatal de proteção de dados". A *Folha* noticiou que a Comissão instaurada no Senado aprovou, no dia 19/10/20, em sabatina todos os nomes indicados para composição do órgão. No entanto, embora já nomeados, ainda precisam ser aprovados em plenário na mesma casa. Ademais, o periódico relatou que antes de ser designada à Casa Civil, havia a preocupação entre organizações da sociedade civil e do setor privado de que a autoridade fosse sujeitada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), pois poderia pressupor risco de que a segurança da informação nacional fosse tratada com sigilo e estratégia, e não com a devida transparência. Segundo um dos conselheiros aprovados, Arthur Pereira Sabat, o vazamento de dados será o principal foco da autoridade, que terá poder de sanção, de elaboração de diretrizes das políticas de proteção de dados, auditoria e fiscalização, entre outras. (Folha de S. Paulo - Mercado - 17/10/20; Folha de S. Paulo - Mercado - 20/10/20; O Estado de S. Paulo – Política - 19/10/20)

4- General Heleno admitiu ter enviado funcionários da Abin para monitorar participantes da Cúpula do Clima das Nações Unidas e Anistia Internacional reagiu

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, admitiu em sua conta no *Twitter* que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) enviou quatro funcionários junto à delegação brasileira para a Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP 25), realizada em Madri, na Espanha, em dezembro de 2019. De acordo com o periódico, Heleno afirmou a competência legal da Abin para atuar na COP 25, e que ela continuaria "cumprindo seu dever" de acompanhar temas considerados estratégicos através de servidores qualificados, "sobretudo quando envolvem campanhas internacionais sórdidas e mentirosas, apoiadas por maus brasileiros, com objetivo de prejudicar o Brasil", algo que, para o periódico, demonstra a relação conflituosa do atual governo com organismos ligados a proteção do meio ambiente. Ademais, *O Estado* juntamente ao *Correio Braziliense* reportaram que no dia seguinte à fala de Heleno, 17/10/20, a Anistia Internacional publicou uma nota criticando tal utilização da Abin, classificando-a como "grave" e comparando-a ao monitoramento de opositores durante a regime militar (1964-1985). Ainda dentro da mesma nota, a Anistia Internacional também problematizou o termo "maus brasileiros" usado por Heleno e voltou a reprovar

a Lei da Anistia de 1979 - que institucionalizou a não perseguição de opressores que atuaram durante a ditadura militar brasileira - ratificando o recente parecer da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que havia classificado as violações de direitos humanos contra opositores políticos do regime como crimes contra a humanidade. Por fim, vale ressaltar um levantamento feito pela equipe do *O Estado de S. Paulo* que mostra o quão atípico é a presença da Abin ou da GSI nas COPs, sendo essa o único exemplo dentro dos últimos 5 anos, contrariando a narrativa de Heleno de que o monitoramento desse tipo de eventos seria uma forma das agências estarem “cumprindo o seu dever”. (Correio Braziliense - Política - 18/10/20; O Estado de S. Paulo - Política - 17/10/20; O Estado de S. Paulo - Política -19/10/20)

5- Periódico discutiu a saída de Mourão da chapa de Bolsonaro em 2022

Em uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, baseando-se no relato de três aliados do presidente da República Jair Bolsonaro ao periódico, foi afirmado que o atual vice-presidente e general da reserva Hamilton Mourão não seguirá fazendo parte da chapa presidencial de Bolsonaro em 2022, apontando especialmente uma desconfiança e desgosto do presidente para com Mourão como o principal motivo. Com isso, a *Folha* ressaltou que as Forças Armadas, simpáticas ao general e sólidas aliadas de Bolsonaro, já procuram uma saída mais honrosa para o militar, defendendo que ele continue a carreira pública como senador ou governador no estado do Rio Grande do Sul. Ademais, a matéria também discutiu quais as potenciais figuras que poderiam suceder o vice-presidente, apontando políticos evangélicos, figuras do centrão ou atuais membros do gabinete presidencial como possíveis candidatos. (Folha de S. Paulo - Poder- 19/10/20)

6- Grande operação com participação das Forças Armadas contra garimpo ilegal no Norte do país apontou para empresário com supostos contatos com o Ministério da Defesa

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 12/10/20, uma ação que juntava forças da Polícia Federal (PF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e militares do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil fechou o garimpo Limão que explorava recursos minerais ilegalmente na Reserva Biológica de Maicuru, na divisa entre os estados do Pará e Amapá. Durante a operação, houve a destruição de equipamentos e a explosão de uma pista de pouso clandestina e, por fim, lá foram encontradas três aeronaves, poluentes químicos e 110 pessoas que participavam das atividades ilegais. Além disso, o jornal ressaltou também que o episódio faz parte da Operação Ouro Fino, que investiga a extração irregular de metais no Norte do país e é liderada pela Vice-Presidência da República, braço do Poder Executivo encabeçado pelo general Hamilton Mourão. A extração em Maicuru é antiga, tendo sido iniciada nos anos 1980 por Armando Amâncio da Silva, uma figura que é atualmente suspeita de liderar todo o esquema e já teve apreendida em sua casa 44 quilogramas de ouro pela PF. Outrossim, o jornal também resalta que da Silva, um empresário de grande fortuna, administra uma grande empresa aérea, a Piquiatuba Táxi Aéreo, que, de acordo com o seu site, mantém parcerias com o governo estadual do Pará, grandes empresas privadas e o Ministério da

Defesa, por outro lado, a matéria também ressalta que o Ministério negou possuir contratos com a empresa. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 19/10/20)

7- Pensionistas e praças se manifestaram na Esplanada contra a Lei que reformou as Forças Armadas

De acordo com o *Correio Braziliense*, pensionistas e praças das Forças Armadas têm estado descontentes com a lei que reestruturou a instituição e protestaram em frente à Esplanada dos Ministérios entre os dias 20 e 22 de outubro. Os protestos foram contra o Projeto de Lei nº 1645/19, sancionado em dezembro pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, na Lei nº 13.945/19. Os principais descontentamentos englobam a cobrança de contribuição dos pensionistas militares e, além disso, no ponto que trata do Adicional de Habilitação, acreditam que a Lei beneficia gerais e outros oficiais em detrimento das patentes mais baixas. Os protestos pretendiam chamar atenção para o acordo entre o Governo e o Senado Federal que previa a criação de uma comissão para corrigir eventuais distorções no texto, que, no entanto, não se cumpriu. Estas negociações contariam com a participação do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, do Secretário de Governo, Luís Eduardo Ramos, do Secretário-Geral da Presidência, Jorge Oliveira, do Secretário da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, à época, e um grupo de Parlamentares. Em nota ao *Correio*, o Ministério da Defesa registrou que a Lei não se trata de ser um reajuste salarial e que não beneficia somente gerais e alguns oficiais, mas que todos os militares foram tratados de “forma absolutamente equivalente, inclusive em termos de adicionais de habilitação e adicionais de compensação por atividade militar, valorizando a experiência e a meritocracia”. O periódico ainda reforçou que, embora descontentes, os praças não deixaram de manifestar seu apoio ao presidente Bolsonaro. (*Correio Braziliense - Poder - 20/10/20*)

8- Armas de fogo registradas pelo Exército aumentaram no Brasil

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou que o registro de armas de fogo para caçadores, colecionadores e atiradores desportivos aumentaram em 120% no ano de 2020. Aquelas registradas para uso de cidadãos comuns e para uso das Forças de Segurança subiram 66% entre 2017 e 2019, o que representa a circulação de 2,1 milhões de armas a mais. Em contrapartida, as apreensões registradas diminuíram. De acordo com a *Folha*, os dois diferentes sistemas responsáveis pelo registro das armas de fogo no Brasil não dão conta de indicar o número exato de armas de fogo legais em posse dos cidadãos e são criticados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Um deles é o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), controlado pela Polícia Federal e o outro é o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas de Fogo (Sigma), de controle do Exército. A função do Sigma é unificar os dados das armas registradas para uso das Forças Armadas, de policiais militares estaduais, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e as utilizadas por Colecionadores, Atiradores desportivos e Caçadores (CACs); o aumento destes últimos mais que dobrou em comparação com 2019 e representam 496.172 das 1.128.348 armas de fogo registradas pelo sistema do Exército. Embora haja uma

determinação desde 2004 para que o Exército unifique os dois sistemas, ratificada em um decreto de 2019 pelo presidente da República Jair Bolsonaro com exigência de prazo de um ano para cumprimento, até então o compartilhamento das informações não aconteceu. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 20/10/20)

9- Em reunião no Brasil, conselheiro de Segurança dos EUA se opõe a possível contratação da Huawei para implantação de 5G

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, em reunião virtual organizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o conselheiro de Segurança dos Estados Unidos, Robert O'Brien, se manifestou veementemente contra uma possível contratação da chinesa Huawei no processo de implementação de tecnologia 5G no país. Para O'Brien, caso vencedora da licitação, dados de empresas brasileiras e da ordem de Segurança Nacional estariam sob ameaça de serem "decifrados" pela chinesa e recomendou ainda que enquanto parceiros dos EUA, o Brasil deveria incorporar fornecedores "confiáveis". Em sua fala, o conselheiro declarou que com a Huawei, haveria "backdoors", ou, uma "porta dos fundos", que é um método de "acesso às informações dos usuários contornando medidas de segurança". Além disso, o conselheiro acusou a China de espionagem e tentativas de roubos de propriedade intelectual em seu país e manifestou preocupação de que um país "que não seja tão difícil", como é o Brasil, esteja em situação de risco, se expostos à rede chinesa de 5G. Ademais, propôs trabalho conjunto com militares brasileiros a fim de "defender o Brasil" de possíveis ataques cibernéticos. Conforme apontou *O Estado*, num cenário de guerra comercial com a China, os Estados Unidos disparou esforços para que a empresa chinesa seja banida da licitação brasileira de implementação da rede 5G. Havia ainda previsões de reuniões entre O'Brien e o general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e o presidente Bolsonaro para tratar de assuntos de segurança e, possivelmente, do 5G. (*O Estado de S. Paulo - Negócios - 20/10/20*)

10- Militares se incomodaram com as críticas feitas pelo presidente Jair Bolsonaro ao ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello

Segundo a colunista Denise Rothenburg do jornal *Correio Braziliense*, o clima entre os militares e o presidente da República Jair Bolsonaro tornou-se ruim após as declarações do presidente nas redes sociais, nas quais repreendeu o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por ter feito acordo com o governador do estado de São Paulo, João Agripino da Costa Doria Junior, para a compra das vacinas chinesas contra o novo coronavírus. Além disso, a colunista ressaltou que o presidente expôs Pazuello a um constrangimento desnecessário, e, portanto, "Bolsonaro não pode desautorizar ministro diante de qualquer irracionalidade de seus apoiadores nas redes sociais". (*Correio Braziliense - Política - 22/10/20*)

11- Candidato à prefeitura de São Paulo defendeu a criação de escolas cívico-militares e alinha-se ideologicamente ao presidente Jair Bolsonaro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o deputado federal e candidato à prefeitura de São Paulo, Celso Ubirajara Russomanno, tem intensificado sua aproximação ideológica ao presidente da República Jair Bolsonaro ao defender pautas como a não obrigatoriedade da vacinação contra o novo coronavírus, a minimização da pandemia e do regime militar (1964-1985), e a criação de escolas cívico-militares, na tentativa de manter a liderança nas pesquisas eleitorais. Além do mais, essa aproximação ocorre simultaneamente ao momento em que as relações entre o Planalto e o governo paulista estão em crise. Segundo a *Folha*, Russomanno afirmou que “São Paulo vai ter o maior e melhor colégio militar”, pois “das escolas militares saem bons brasileiros e patriotas”, ademais, o candidato completou dizendo que receberá apoio do governo federal para trazer o modelo de ensino à cidade de São Paulo. Já em relação ao período ditatorial brasileiro, negou a existência de uma ditadura militar, e defendeu que na realidade existiu um “governo militar”. Por fim, o periódico ressaltou que para alguns defensores do deputado federal, essa aproximação retórica entre ele e Bolsonaro não é fruto de oportunismo, mas o reflexo de uma amizade cultivada entre as partes desde 1995. (*Folha de S. Paulo* - Eleições - 22/10/20)

12- Petroleiro venezuelano pode naufragar e recebe monitoramento da Marinha do Brasil

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, ambientalistas têm levantado preocupações em relação ao navio petroleiro venezuelano, Nabarima, que pode naufragar e derramar mais de um 1,4 milhão de barris de petróleo no Golfo de Paria, região entre a Venezuela e Trindade e Tobago. O navio em questão pertence à *joint venture* PetroSucre, que inclui a estatal venezuelana Petróleos de Venezuela (PDVSA) e a italiana Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A (ENI S.p.A). *O Estado* destacou que uma embarcação da PDVSA foi enviada para “o local para uma transferência do produto em uma operação de navio a navio”, e evitar o naufrágio do Nabarima. Por fim, ainda de acordo com o periódico, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação formado por Marinha, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), emitiu uma nota através da Marinha do Brasil e informou que o navio está a mais de 1300 quilômetros das águas brasileiras, e devido às condições das correntes marítimas da região, caso houver um derramamento, o petróleo atingirá o Mar do Caribe e não o território marítimo nacional. (*O Estado de S. Paulo* - Internacional - 22/10/20)

13- Ministro do Meio Ambiente teve desavença com o setor militar do governo

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, após a divulgação, no jornal *O Globo*, de restrições na atuação de fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) devido a restrições orçamentárias, notícia que pressionou os militares devido à posição do vice-presidente general Hamilton Mourão como o chefe do Conselho Nacional da Amazônia, sendo responsável pelas missões de combate ao desmatamento na Amazônia e no Pantanal e por ter controle sobre os recursos financeiros para executar as

mesmas, iniciou-se uma desavença entre o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e os militares do governo. Tal desavença culminou na provocação do ministro da Secretaria do Governo, Luiz Eduardo Ramos, por Ricardo Salles através de seu *Twitter* ao postar que tem “enorme respeito e apreço pela instituição militar” e “não estiquei a corda com ninguém”, ao dizer que age “da forma que entendo correto” e ao finalizar com uma provocação “Chega dessa postura de #mariafococa”. A hashtag foi compartilhada por bolsonaristas radicais intensificando o ataque aos militares nas redes. O *Correio Braziliense* também destacou outro “entreviro” ocorrido anteriormente na desautorização do ministro da saúde, general Eduardo Pazuello, pelo presidente da República Jair Bolsonaro no protocolo de compra da vacina chinesa CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantã. (*Correio Braziliense* - Brasil - 23/10/20)

14- Militar foi aprovado pelo Senado Federal para diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o contra-almirante da Marinha Antônio Barra Torres foi aprovado pelo plenário do Senado Federal, no dia 20/10/20, junto com outros três novos diretores, para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O militar, diretor-presidente da agência, é considerado como sendo muito próximo do presidente da República Jair Bolsonaro e assume em um momento delicado em meio aos processos para aprovação das vacinas contra o Covid-19, motivo de embate político entre o governador de São Paulo, João Agripino da Costa Dória Junior, e o presidente. Ao ser questionado sobre a aprovação das vacinas, o militar, médico por formação, respondeu: “Manter a discussão fora da ideologia é fundamental, e é exatamente isso que nós temos feito”. (*Folha de S. Paulo* - Saúde - 23/10/20)

15- Em coluna, comandante da aeronáutica destacou o dia da Força Aérea Brasileira

Em coluna para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o tenente-brigadeiro do ar, Antonio Carlos Moretti Bermudez, destacou que o dia 23 de outubro é comemorado o Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB), mesma data que Santos-Dumont alçou voo com o seu avião 14-Bis em 1906. O militar da força aérea ressaltou as missões atualmente executadas pela Força Aérea “como a Operação Acolhida, a Operação Pantanal, a Operação Verde Brasil 2 e a Operação Covid-19”, além da importância da instituição para a assistência médica da população como o transporte de órgãos e de “materiais de saúde e equipes por todo o território nacional”. O colunista continuou destacando a assistência humanitária internacional executado pela FAB, e falou especialmente da missão da aeronave KC-390 Millennium em seu primeiro voo internacional ao enviar ajuda humanitária para o Líbano após a explosão de 04/08/20. Também destacou os diversos prêmios ganhos pela aeronave e o seu uso nos transportes relaciona à Operação Covid-19. O tenente-brigadeiro deu continuidade à sua coluna falando do novo caça da Força Aérea, o F-39 Gripen, e da aproximação do seu início de operação pela FAB. Posteriormente, falou do avanço tecnológico aplicados pela instituição na sua função de defesa aérea, como na “modernização da rede de radares de vigilância do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab)” e no aprimoramento do controle do

tráfego aéreo na fronteira do Brasil por meio da instalação de “uma nova estação radar composta por radares primário e secundário” em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Por fim, o comandante da aeronáutica finalizou comparando a inovação de Santos-Dumont com o seu 14-Bis com a busca pelo avanço tecnológico feito pela Força Aérea Brasileira e caracterizando a FAB como “Uma instituição renovada, solidária e altamente operacional”. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 24/10/20)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).